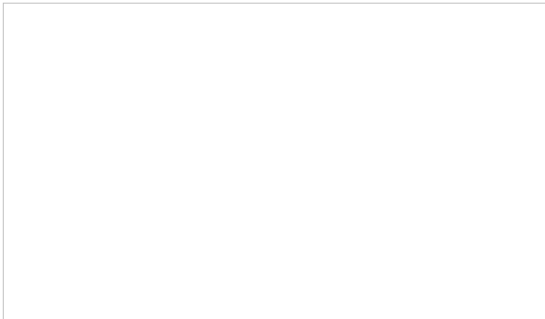


18/08/2016 14:24 - Moradores de Jacy-Paraná preocupados com aumento da cota da usina de Santo Antônio

Foto: Marivaldo José



A preocupação com o aumento na cota do reservatório da usina hidrelétrica de Santo Antônio, possibilitando a instalação de mais seis turbinas, foi manifestada por moradores do distrito de Jacy-Paraná, nesta semana, durante reunião com deputados estaduais.

O presidente da Assembleia Legislativa, Maurão de Carvalho (PMDB), recebeu do presidente da Associação Comercial e Industrial de Jacy-Paraná (Acijap), Carlos Alberto Jesuíno, um manifesto, em nome da comunidade, cobrando a realização de uma audiência pública para tratar do tema, além de cobrar a solução de problemas já causados pelo consórcio de Santo Antônio.

“Há essa preocupação dos moradores, que já foram muito afetados pela construção da usina. O temor é que o distrito seja ainda mais afetado com essa elevação e há uma cobrança por compromissos assumidos anteriormente pelo consórcio de Santo Antônio, que não teriam sido cumpridos”, esclareceu Maurão.

“Enquanto os problemas já causados pela usina em Jacy-Paraná não forem solucionados, que a Assembleia não aprove nada em favor dessa alteração na cota do reservatório”, pediu Carlos.

Ele disse ainda, que hoje o distrito sofre com a elevação do lençol freático, casas com rachaduras, asfalto da BR 364 precisa ser elevado, além de indenizações que são cobradas na justiça por danos.

A matéria que trata dessa questão das compensações e alterações está tramitando na Assembleia, tendo como relator o deputado Adelino Follador (DEM), que recebeu as demandas da comunidade e vai anexá-las ao projeto.

“Vamos incluir essa manifestação dos moradores e é importante que possamos somar forças, para enfrentarmos esse pessoal que é muito poderoso e quer atropelar o processo”, ponderou Follador.

O deputado Jesuíno Boabaid (PMN) observou que a autorização para aumento da cota não depende da Assembleia, mas sim do Ibama e de órgãos federais. “Temos uma atuação limitada nessa matéria, mas é o momento de nos municiarmos de informações que possam subsidiar ações efetivas, cobrando o cumprimento das obrigações do consórcio”, completou.

Fonte: ALE/RO